



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE OPERAÇÃO

No: 1017/2013

EMPRESA/EMPREENDEDOR: USINA TERMO ELETRICA IOLANDO LEITE LTDA.

C.N.P.J / CPF: 06941800000193

ATIVIDADE LICENCIADA: FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL ETANOL HIDRATADO, AGUARDENTE E COGERAÇÃO DE ENERGIA.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RODOVIA MANOEL DANTAS, ZONA RURAL, CAPELA, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A OPERAR INSTALAÇÕES E/OU EQUIPAMENTOS NAS SEGUINTE CONDÇÕES:

1. Esta Licença é válida para a safra 2013/2014, para a produção de aguardente, álcool etanol hidratado e cogeração de energia. Na vigência desta Licença, quaisquer irregularidades constatadas deverão ser corrigidas pela empresa e comunicadas, imediatamente, a Adema.
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama nº 06/86, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações a Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Operação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença
4. A empresa deverá implantar no prazo 90 (noventa) dias bacia de contenção no tanque de armazenamento de ácido sulfúrico.
5. A empresa deverá apresentar juntamente com o pedido de renovação da Licença de Operação os seguintes documentos:
 - Laudo de inspeção e manutenção da(s) caixa(s) separadora(s) água/óleo.
 - Nota(s) de alienação do óleo lubrificante usado ou contaminado, provindo da(s) caixa(s) separadora(s) água/óleo e do setor de lubrificação.
 - Comprovante da realização dos serviços de limpeza e manutenção do sistema de tratamento dos despejos sanitários, efetuadas por empresa devidamente licenciada pela Adema.

6. O sistema de tratamento de efluentes sanitários deverá ser operado de maneira que não se perceba odor desagradável, presença de insetos e outros inconvenientes, bem como afastar possibilidade de poluição de quaisquer áreas.
7. Deverá ser efetuada a manutenção das unidades que compõem o sistema de tratamento de efluentes sanitários de acordo com a frequência de limpeza necessária, objetivando garantir a eficiência do respectivo sistema.
8. As emissões de ruídos proveniente das atividades do empreendimento deverão respeitar aos limites estabelecidos pelas Normas NBR nº. 10.151 e NBR nº. 10.152 da ABNT, referenciadas pela Resolução Conama nº. 01/90.
9. As emissões de poluentes atmosféricos provenientes da atividade industrial, não deverão conferir ao meio ambiente, concentrações acima dos valores estabelecidos na Resolução Conama nº 03/90.
10. O lavador de gases na caldeira deverá ter operação e manutenção adequada com o objetivo de garantir a eficiência adequada.
11. As águas residuárias (vinhaça, purga do lavador de gases, pisos, dornas, equipamentos, efluentes da Estação de Tratamento de Águas, etc.) deverão ser dispostos em tanque(s) pulmão para posterior fertirrigação na cultura de cana-de-açúcar, não sendo permitido lançamento em nenhum corpo receptor.
12. Os óleos lubrificantes usados ou contaminados gerados nas atividades da empresa deverão ser acondicionados em recipientes adequados, resistentes a vazamentos e armazenados em bacia de contenção, com área coberta, sendo posteriormente destinados conforme Resolução Conama nº 362/05.
13. Os resíduos sólidos de processo deverão ter a seguinte destinação:
 - Bagaço e bagacilho: caldeira para geração de vapor e energia.
 - Sedimentos dos tanques de decantação dos resíduos líquidos provenientes das cinzas das fornalhas e do lavador de gases da caldeira: fertilização do solo.
14. Os resíduos sólidos gerados de origem doméstica, deverão ser dispostos em recipientes adequados e destinados a local apropriado, não sendo permitido incineração, queima ao ar livre e disposição à céu aberto.
15. Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser acondicionados conforme NBR nº13230 da ABNT e destinados à empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
16. O sistema de fertirrigação deverá ser realizado distante de corpos d'água, considerando distância mínima de cerca de 300 m de suas margens (direita e esquerda). A fertirrigação deverá ser paralisada durante a ocorrência de chuvas.
17. A empresa deverá respeitar o distanciamento de 1.000 metros de povoados não realizando a fertirrigação, devendo realizar somente a irrigação na plantação de cana-de-açúcar.
18. A empresa deverá realizar automonitoramento das águas do Rio Japarutuba, com análises físico-químicas e bacteriológicas, dos pontos geoferenciados com as coordenadas geográficas: Ponto 1 (24 0723225 E – 88 28771 N), Ponto 2 (24 0720913 E – 88 35584 N), de acordo com os seguintes parâmetros: pH, Temperatura, OD, DBO, DQO, Condutividade, Turbidez, Sólidos Totais, Cloretos, Nitrogênio Total, Fósforo Total, Potássio e Coliformes Termotolerantes.
19. Os resultados do automonitoramento das águas do Rio Japarutuba, de que trata o item anterior deverão ser enviados mensalmente a Adema, para a devida avaliação e acompanhamento.
20. A empresa deverá manter e conservar a integridade física dos tanques e reservatórios de armazenamento de águas residuárias/vinhaça, e dos seus respectivos taludes.
21. A empresa deverá cumprir todos os procedimentos operacionais exigidos pelos fabricantes do sistema de cogeração de energia, para uma perfeita conduta operacional e não colocação de

risco do sistema, como também nas execuções de exigências de manutenção corretiva e preventiva.

22. Todos os setores constantes e integrados ao sistema de cogeração deverão constar de sinalização de advertência e de orientação quanto à segurança e manuseio.
23. Todos os procedimentos de segurança interagidos ao meio ambiente deverão ser cumpridos para não expor ao risco as atividades da empresa, em conformidade com a legislação vigente.
24. Qualquer situação de emergência relativa ao lançamento de poluentes acima dos padrões e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada a Adema dentro de 24 horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis.
25. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa e/ou mudança de titularidade, deverá ser previamente apresentada a Adema para a respectiva avaliação.
26. Esta Licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal, com jurisdição na área.
27. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
28. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a Licença expedida, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da Licença.
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 15:32:14 do dia 26/12/2013 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2013-008000/TEC/LO-1084 e Parecer Técnico PT-10610/2013-0588

Válida até 26/12/2014

Código de controle da licença: 8d2edc66f8ff3a28792800a5cef5a1e7

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.